

04

Julián Sobrino Simal (Ed.)

Universidad de Sevilla, Espanha

Marina Sanz Carlos (Ed.)

The International Committee for the Conservation of
the Industrial Heritage (TICCIH-Espanha)

Carta de Sevilha para o Património Industrial 2018 Seville Charter of Industrial Heritage 2018

Introdução

Julián Sobrino Simal

Coordenador do Laboratório de Património Industrial
VRM.LAB Pozo 5 de Villanueva del Río y Minas,
Sevilha, Espanha

Desde 2011, o Centro de Estudos Andaluzes, pertencente à Junta da Andaluzia, promove um seminário especializado sobre a paisagem industrial. O objetivo principal é reunir os protagonistas das diversas atividades produtivas, que historicamente caracterizam o território andaluz, a especialistas de diferentes áreas do conhecimento e representantes de colectivos locais envolvidos na protecção do Património Industrial, para gerar novos conhecimentos e propostas para activar os testemunhos da industrialização andaluza.

Neste âmbito, realizou-se o VII Seminário de Paisagens Industriais da Andaluzia, dedicado à atualização de conhecimentos, revisão metodológica e propostas de activação com o título “Pensando o património industrial. Os desafios do século XXI”. Foi realizado na Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha e no Laboratório de Património Industrial VRM.LAB de Villanueva del Río y Minas, de 17 a 19 de Maio de 2018.

A Coordenação do Seminário foi exercida por Julián Sobrino e por Marina Sanz. E queremos agradecer publicamente a participação dos palestrantes responsáveis pelas nove linhas temáticas: Esperanza Marrodán, Pilar Biel, Ángeles Castaño, José Luis Lalana, Marina Martínez de Marañón, Inmaculada Aguilar, Juan José Castillo, Miguel Ángel Álvarez e Julia Rey; bem como dos restantes 18 especialistas convidados.

O Seminário Científico teve como quadro central de análise e discussão o estabelecimento de uma revisão crítica, transversal e multidisciplinar sobre a mudança de paradigma ocorrida no Património Industrial nas últimas décadas e que, para além das suas problemáticas específicas, afecta também o paradigma. geral do património cultural. Os participantes do encontro científico eram representativos da pluralidade disciplinar, geracional, territorial, profissional e de género que caracteriza o Património Industrial. Estabelecendo-se um frutífero debate, ao longo de quatro sessões de trabalho, o mesmo traduziu-se no documento denominado “Carta de Sevilha para o Património Industrial, 2018”¹. Um dos principais objetivos, e anseios, dos participantes do VII Seminário foi favorecer a oportunidade de gerar um

¹ O documento, redigido em espanhol e inglês, pode ser consultado no seguinte endereço: URL: www.centrodeestudiosandaluces.es/index.php?mod=actividades&cat=22&id=3417.

pensamento forte que facilitasse o avanço do conhecimento e a proposição de estratégias coordenadas e integrais para a revisão das perspectivas que constituem este mosaico multidisciplinar do Património Industrial. As questões de trabalho estabelecidas para o debate tinham como objecto a revisão analítica da Cultura Industrial que se foi gerando ao longo das últimas três décadas.

O processo vivenciado pela área de conhecimento do Património Industrial deve ser qualificado pela sua expansão permanente. E isso pode ser explicado em relação às novas dimensões que os bens industriais adquiriram, assim como o conjunto dos bens culturais, marcados por: uma maior representatividade das temáticas, a territorialização dos testemunhos materiais, a superação da objetivação, a ampliação das cronologias de referência e a necessária participação cidadã. Isto é confirmado pelas novas fórmulas de proteção e de gestão baseadas na inter-relação e interação dos bens protegidos, através da concepção de itinerários culturais e da caracterização de paisagens culturais.

O século XXI coloca-nos diante de novos desafios no que diz respeito à investigação, proteção e activação do património. Os laços cada vez mais fortes entre património natural e cultural, entre património móvel e imóvel, entre património material e imaterial, entre objeto e contexto, entre gestão técnica especializada e participação cidadã, entre o urbano e o rural, entre o local e o global, entre o singular e o genérico, entre o concentrado e o disperso, levam-nos a pensar que nos encontramos perante uma nova fronteira patrimonial.

Esta nova fronteira é abordada de uma forma assistemática, e às vezes desordenada, por todas as circunstâncias acima mencionadas. Portanto, é necessário estabelecer uma nova topologia patrimonial que supere os anteriores estreitos marcos metodológicos e conceptuais. Definimos este novo território patrimonial, mistura e gémeo do anterior e do presente, com o termo transdisciplinaridade.

Este Seminário Científico procurou recolher essas intuições, que ainda estão flutuando sem rumo certo, como *conceptual heritage butterflies* (“borboletas do património conceptual”) no confuso e agitado panorama da sociedade globalizada. Colocamo-nos diante da necessidade de desenhar uma abordagem integradora das várias correntes de pensamento e das reivindicações sociais, não apenas no âmbito do património industrial mas também de outros campos do conhecimento crítico e da acção sustentável, que se estão gerando nos nossos mundos, no nosso único mundo.

Carta de Sevilha para o Património Industrial, 2018 Os desafios do século XXI

O VII Seminário de Paisagens Industriais da Andaluzia *Pensando o património industrial. Os desafios de século XXI*, organizado pelo Centro de Estudos Andaluces e pelo The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH-Espanha) nos dias 17 e 19 de Maio de 2018 na localidade sevilhana de Villanueva del Río y Minas – em colaboração com a Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha – destinou-se a analisar a situação do Património Industrial em Espanha, com atenção específica à realidade da Andaluzia, com o objectivo de actualizar conhecimentos, metodologias e propostas.

As conclusões desse Seminário, que se reuniu em quatro sessões de trabalho e incorporou uma ampla representação disciplinar, geracional, territorial, profissional e de género que caracterizam ao Património Industrial, são especificadas neste documento, intitulado *Carta de Sevilha para o Património Industrial, 2018*, que os coordenadores científicos e os participantes do Seminário desejam tornar públicas a fim de orientarem as práticas de investigação e de gestão do Património Industrial.



1. Preâmbulo

O debate aberto em torno da valorização do legado histórico do Património Industrial em diferentes países, em todo o mundo, suscita na actualidade numerosas questões e expressa-se numa grande diversidade de possíveis abordagens relativamente aos seus fundamentos teóricos, procedimentos de proteção, potenciais utilizações, integração em planos de ordenamento do território, novas áreas de estudo, ferramentas de análise instrumental e participação cidadã, entre outros.

Mudanças que requerem a geração de um pensamento forte que facilite o avanço do conhecimento e a abordagem de estratégias coordenadas e abrangentes para a revisão das perspectivas que constituem este mosaico multidisciplinar do Património Industrial e que, acreditamos, deveriam estruturar-se no âmbito de uma rigorosa discussão científica, de carácter aberto, assumindo que a adequada reutilização dos referidos bens do Património Industrial em benefício da sociedade constituem um exemplo de sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, considerando:

- O valor cultural dos testemunhos materiais e imateriais interligados às atividades produtivas.
- Os impactos territoriais, sociais e ambientais que tecnologia tem estimulado em todo o planeta.
- A crescente consciência do cidadão pela manutenção e conservação do Património Industrial como parte essencial da memória colectiva.
- Os problemas derivados do processo de aceleração histórica que provocam um contínuo aumento de bens culturais protegidos.
- As crises económicas cíclicas que forçam as empresas a cessar a sua atividade produtiva gerando assim vastas áreas de espaços abandonados.
- A importância das políticas que incentivam a regeneração de áreas produtivas degradadas com base em estratégias de coesão territorial, social e cultural.
- A reivindicação expressa por colectivos de cidadãos para disporem de espaços onde possam expressar as suas memórias e sociabilidade.
- A necessidade de reabilitar os espaços industriais obsoletos para se poderem desenvolver atividades de investigação, criação e produção, de forma colaborativa.
- A intervenção e o papel da mulher na história e na cultura do trabalho.

Achamos que é necessário efectuar uma revisão das abordagens que influenciam o Património Industrial com base numa atitude comprometida com a cultura, a inovação, a igualdade e a sustentabilidade.

2. Introdução

Questões decorrentes dos projetos sobre o conhecimento, a catalogação, a conservação, a gestão e a divulgação dos testemunhos materiais e imateriais da Cultura Industrial, que foram realizadas nas últimas três décadas acarretam importantes mudanças conceptuais e metodológicas que afectam a própria definição de Património Industrial e dos bens que o integram².

Este processo pode ser explicado em relação às novas dimensões que os bens industriais, e o conjunto dos bens culturais têm adquirido, marcadas por: uma maior representatividade das temáticas, a territorialização dos testemunhos materiais, a superação do conceito de objecto industrial, a ampliação das cronologias de referência e a necessária inserção da participação cidadã como resultado do aumento da consciência social relativamente a estes bens culturais. Isso é confirmado pelas novas fórmulas de protecção e de gestão baseadas na inter-relação e interação dos bens protegidos, por meio de projectos de itinerários culturais e da caracterização das paisagens culturais.

O século XXI confronta-nos com novos desafios em relação à investigação, à tutela e à ativação do património. Os laços, cada vez mais fortes, entre património natural e património cultural, entre património móvel e imóvel, entre património material e imaterial, entre objeto e contexto, entre gestão técnica especializada e participação cidadã, entre o urbano e o rural, entre o local e o global, entre o singular e o genérico, entre o concentrado e o disperso, tudo nos faz pensar que nos encontramos perante uma nova fronteira patrimonial.

Todas as circunstâncias acima mencionadas estão-se aproximando desta nova fronteira de uma forma assistemática e, por vezes, desordenada. Por esse motivo, é necessário estabelecer uma nova topologia patrimonial que

² Como ponto de partida, assumimos a definição de Património Industrial conforme a que foi estabelecida pelo Plano Nacional de Património Industrial: “*Entende-se por património industrial o conjunto dos bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que decorreram das actividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão, geradas pelo sistema económico que emergiu da “revolução industrial”. Estes bens devem ser entendidos como um todo, composto pela paisagem em que estão integrados, as relações industriais em que estão estruturados, as arquiteturas que os caracterizam, as técnicas utilizadas nos seus procedimentos, os arquivos criados durante a sua atividade e as suas práticas de carácter simbólico*”.

supere os anteriores estreitos marcos metodológicos e conceptuais. Este novo território patrimonial, mistura e gémeo do anterior e do presente, definimo-lo com o termo conceptual de transdisciplinaridade.

Este Seminário científico teve como objetivo reunir estas intuições, que ainda estão flutuando sem rumo certo, como *conceptual heritage butterflies* no confuso e agitado panorama da sociedade globalizada, colocamo-nos diante da necessidade de desenhar uma abordagem integradora das várias correntes de pensamento e das reivindicações sociais, não apenas no âmbito do património industrial mas também de outros campos do conhecimento crítico e da acção sustentável, que se estão gerando nos nossos mundos, no nosso único mundo.

Hoje em dia, o Património Industrial necessita de ser pensado a partir de uma perspectiva renovada, capaz de se converter numa plataforma de acção transdisciplinar dadas as complexas variáveis que afectam os locais de trabalho, entre as quais destacamos:

1. Os conflitos e a síntese que se produzem entre os diferentes modelos socioeconómico, as máquinas e a natureza.
2. A evolução e o dinamismo do território no qual se operam mudanças constantes que afectam a sua morfologia, estrutura, propriedade e carácter.
3. A variabilidade e a multiplicidade que, nas escalas e na localização, caracterizam os espaços de produção e os seus modelos de exploração.
4. O alargamento e a ruptura dos limites administrativos convencionais, produto tanto da industrialização como da globalização.
5. A diversidade *versus* a uniformidade, por vezes existentes de maneira justaposta nos locais de trabalho, evidenciando assim as contradições da standardização.
6. A falta de consenso para o estabelecimento de indicadores válidos que sirvam para definir os valores e os atributos para a protecção dos bens industriais.
7. As diferentes e contraditórias culturas de intervenção que traçam um panorama de incerteza no qual se encontram em perigo muitos bens industriais.
8. A participação e as boas práticas como uma garantia de adequada orientação dos modelos de governança do património industrial como corretor de desigualdades.

Todas essas variáveis configuram um território dialéctico, em relação ao antes, ao agora e ao depois, do que convencionalmente entendemos como valores patrimoniais, e que, em tais espaços, revelam as contradições existentes entre os utentes, os proprietários, os gerentes, as empresas, as instituições, os visitantes, as organizações conservacionistas, os académicos e os técnicos, nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. Sabendo que, acima de tudo, devemos contribuir para a manutenção da essência (fragrância, atmosfera e memória) dos bens industriais garantindo a sua autenticidade, legibilidade, continuidade, integridade, potencialidade, sustentabilidade e valor documental.

3. Problemas e perspectivas relativamente ao Património Industrial

O Património Industrial constitui um mosaico que nos permite apreciar os acontecimentos, sejam episódios, quadros ou processos, das actividades económicas desenvolvidas no território espanhol desde meados do século XVIII, para compreender os elementos, conjuntos e sistemas que em diferentes localizações, arranjos, escalas e articulações, nos fornecem uma narrativa abrangente sobre como os recursos endógenos, existentes numa determinada área geográfica e através de procedimentos técnicos específicos, com uma crescente base científica e tecnológica, geraram modelos de exploração, de transformação, de transporte e de comercialização de produtos para o consumo, passando de uma sociedade estática e estruturada em ordens, para uma outra, dinâmica e dividida em classes sociais. Tudo isto dentro de um contexto marcado pelo produtivismo de raiz ocidental e suas consequências contraditórias, difíceis de isolar uma por uma, de impactos ambientais, extinção de recursos naturais, desigualdades de classe, género e origem geográfica, junto com melhorias na esperança de vida, educação generalizada, infraestruturas de comunicação ou meios de subsistência e, entendido todo este conjunto, numa intersecção conflituosa da qual é complexo separar a causa, consequência e atitude.

Entre as temáticas analisadas e debatidas neste Seminário podemos encontrar as seguintes:

1. *Intervindo criticamente: as arquiteturas e as paisagens industriais.*

O impacto da generalização das práticas de intervenção arquitectónica e paisagística nos espaços industriais aconselha a revisão dos critérios intervenção para estabelecer um quadro consensual no qual seja possível conciliar a conservação dos seus valores, a activação das suas

potencialidades e a sustentabilidade do projecto juntamente com a diversificação de novos usos.

2. *Revendo a catalogação: a transversalidade como metodologia e as TICs.* As TIC (Tecnologias de Informação e da Comunicação) oferecem-nos a possibilidade de estabelecer um novo modelo de registo integral que combine documentação abrangente e as estratégias necessárias para a caracterização, a valorização, a protecção, a difusão e a gestão, a partir de uma metodologia transversal que inclua também as dimensões perceptivas e participativas.
3. *Tornando o esquecimento visível: o trabalho tem género.* A actual abordagem da perspectiva de género como espaço de pensamento que resgata o papel invisível da mulher nas tarefas empresariais, técnicas e laborais deve ser transferida para a investigação, para a difusão e para as práticas de recuperação dos testemunhos de Património Industrial.
4. *Organizando o território: as geografias do Património Industrial.* A diversidade dos quadros geográficos nos quais se inserem os testemunhos do património industrial e os diferentes interesses dos agentes socioeconómicos que neles interagem exigem-nos que identifiquemos as suas lógicas territoriais, ambientais e as condições de planeamento urbano e regional.
5. *Interpretando a obsolescência: conceitos, relatos e formatos.* A imparável acumulação de restos materiais e os testemunhos imateriais da cultura industrial decorrentes da aceleração histórica produzida desde a primeira Revolução Industrial e a vertiginosa obsolescência inerente ao actual sistema económico, necessitam de uma reforma dos sistemas de conservação, museologia e museografia.
6. *Construindo o território: o património das obras públicas.* As estreitas relações existentes entre as arquiteturas da industrialização, as infraestruturas das obras públicas, de transporte e de energia, juntamente com os equipamentos sociais e residenciais derivados da industrialização, conformam um enredo e uma paisagem, que devem integrar-se nas estratégias de protecção.

7. *Recordando avança-se: os actores, os conflitos e as memórias.* A relevância que para o Património Industrial, como memória do trabalho, têm as relações e os conflitos laborais e sociais inerentes aos processos de industrialização e de desindustrialização, assim como as suas simbolizações, devem ser incorporadas a partir das perspectivas sociológicas e antropológicas, para se inserirem nos projectos e discursos patrimoniais.
8. *A gestão preserva: como adquirir boas práticas.* O problema do financiamento inicial e do subsequente apoio económico nos espaços do Património Industrial que sofreram uma intervenção constitui um dos factores cruciais na gestão de projectos, tanto no que se refere aos agentes envolvidos como na definição de programas de usos exequíveis, sendo necessário estabelecer um banco de boas práticas.
9. *A participação é inclusiva: o património não tem dono, é de todos.* A geração de um novo modelo de sociedade mais aberta e participativa em questões que afectam o património cultural e as suas paisagens impõem a obrigação de se elaborarem modelos participativos que, no caso do Património Industrial, favoreçam os processos de apropriação social pelas comunidades e entidades que integram o meio em que esses bens se situam.

4. Recomendações

Dada a complexidade e transversalidade de cada uma das temáticas abordadas neste Seminário, agrupámo-las em três blocos: 1. Conceptualizações; 2. Metodologias e ferramentas e 3. Propostas e ações.

4.1. Conceptualizações

1. As diferentes culturas disciplinares que constroem os conhecimentos, as práticas e as intervenções no Património Industrial, assim como a condição multidimensional da cultura industrial, requerem um esforço de padronização que facilite a discussão e a tomada de decisões.
2. A complexa estrutura e articulação dos processos industriais deve contemplar as infraestruturas e as obras públicas como redes essenciais que facilitam os processos industriais, tanto na sua complementaridade como na sua especificidade.

3. Os territórios da produção são de carácter evolutivo e neles se identificam os atributos básicos que definem as atividades económicas, os procedimentos técnicos e as relações de produção de um território.
4. As actividades produtivas características de sectores, processos ou territórios podem ser consideradas paisagens culturais quando nelas concorrerem valores históricos, técnicos e sociais.
5. Os territórios industriais estão marcados por continuidades e rupturas, que convertem o ambiente físico num cenário de observação das transformações, dos usos, das desigualdades e dos impactos que as sociedades geraram através da exploração dos recursos naturais.
6. Os impactos da indústria no território constituem parte do objeto de estudo especialmente no que diz respeito às suas escalas de acção, seus graus de intensificação, seus efeitos de durabilidade e seus níveis de risco, sem esquecer a sua dimensão cultural, o seu potencial de reciclagem e o seu valor de resiliência.
7. A memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento de referência para a compreensão dos espaços de trabalho e das relações que se estabelecem entre a cultura material, a imaterial e o território.
8. O estudo do Património Industrial deve contemplar o papel desempenhado pelas mulheres nos processos económicos, nos espaços de sociabilidade, na ciência e na tecnologia.
9. O processo de aceleração histórica e a hiper-productividade das nossas actuais sociedades globalizadas colocam-nos perante a necessidade de considerar o valor da representatividade como um critério imprescindível para a selecção dos bens móveis.
10. A sobrevivência dos atributos patrimoniais inerente aos sítios industriais deve basear-se na legibilidade e na autenticidade de modo a permitirem registar a preservação dos valores protegidos.
11. A identificação de usos compatíveis para cada elemento, conjunto ou sistema, com sua forma e função, contribui para a manutenção dos valores da memória do trabalho e do local de produção.
12. A museologia da tecnologia, da ciência ou indústria, deve ser reconsiderada à luz das suas funções inequívocas como construtora de narrativas que devem ser abrangentes e inclusivas, devendo proporcionar espaços para a geração de processos activos e de relatos abertos para a educação técnica dos cidadãos.

13. A geração de modelos de conhecimento, de catalogação e de governança de carácter aberto e participativo é de particular interesse para a simbiose entre história, memória e cidadania.
14. A transversalidade do património industrial determina que tal não deve ser considerado como um tópico exclusivamente cultural, mas que tem de fazer parte de uma visão multissetorial que pode ser inserida no conjunto das políticas das administrações públicas e das empresas.
15. A salvaguarda do Património Industrial espanhol é imprescindível para se compreenderem as conexões entre a industrialização espanhola e a Revolução Industrial europeia no âmbito de um processo histórico e territorial de integração definido pela cultura do trabalho e a transferência tecnológica.
16. É necessário conhecer o papel crucial desempenhado pela Espanha nas conexões, seja por meio de trocas justas ou desiguais, das pessoas, produtos e procedimentos relacionados com a ciência, a tecnologia e a indústria, nos âmbitos territoriais da América Latina, Ásia e África.

4.2. Metodologias e ferramentas

1. A complexidade do Património Industrial nas suas diferentes variáveis de estudo, obrigam-nos a um exercício multidisciplinar no qual os diferentes campos de conhecimento colaboram sem protagonismos exclusivos.
2. A história da engenharia, da tecnologia, da ciência, da economia, da arte, bem como da antropologia ou da sociologia constituem disciplinas indispensável para o estudo, a protecção, a conservação e a activação do património industrial.
3. O projecto de investigação deve ser rigoroso e documentado e, no seu âmbito, a Universidade deve desempenhar um papel importante, embora não exclusivo, através da constituição de grupos de pesquisa especializados no tratamento do Património Industrial, incorporando, igualmente, programas consagrados à prevenção.
4. O objeto de estudo deve ser caracterizado na sua multidimensionalidade histórica, morfológica, material, fenomenológica, social e simbólica através de uma perspectiva decididamente transversal e multiescalar evitando o predomínio de uma abordagem exclusivamente disciplinar.
5. Os estudos sobre o património Industrial em Espanha devem, sem renunciar ao global, aprofundar a dimensão produtiva sectorial no

- seu quadro territorial para avaliar o conhecimento e a apreciação das causas e das consequências de industrialização.
6. A definição temporal dos processos e dos testemunhos do Património Industrial deve contar com cronologias apropriadas e específicas que minimizem os preconceitos derivados de outras disciplinas e áreas patrimoniais não relacionadas com a industrialização.
 7. É necessário rever a metodologia de catalogação do Património Industrial a fim de incorporar, de uma maneira eficiente, as várias renovações que o paradigma de património registou nas últimas décadas, incluindo os princípios de legibilidade, permanência e compatibilidade.
 8. O trabalho de campo é insubstituível para o conhecimento, em primeira mão, do lugar de estudo e desenvolver nele as observações e a colecta de dados do contexto geográfico e de todas aquelas variáveis que facilitem a posterior análise morfológica sobre como é, de onde procede a sua tipologia, que elementos contém e que procedimentos foram ali desenvolvidos.
 9. A prospecção arqueológica com os seus diversos métodos, ferramentas e procedimentos, deve constituir uma parte integral, e integrada, do processo de caracterização do objeto de estudo.
 10. É necessário valorizar o carácter territorial das tipologias industriais para facilitar a incorporação das suas parcelas, dos seus traçados e das suas infraestruturas nas intervenções efectuadas nos os antigos espaços industriais.
 11. O uso de fontes orais é sempre conveniente, mas é particularmente indicado para aquelas atividades sem registos documentais escritos ou para documentar aspectos de carácter sociológico ou tecnológico relacionados a uma dada atividade.
 12. No actual momento de crise civilizacional e ambiental, temos que repensar de uma forma criativa, crítica e inovadora as metodologias de intervenção nos sítios industriais utilizando os avanços proporcionados pelas TIC.
 13. As metodologias de intervenção no Património Industrial devem contemplar nas suas propostas a estreita relação existente entre os novos usos e a manutenção da legibilidade funcional de sítios industriais.
 14. A intervenção deve ser considerada como um processo não finalista, de uma natureza gradual, permitindo a sua constante revisão por meio da avaliação da experiência e a incorporação de novos dados.

15. A reabilitação deve levar em consideração as boas práticas que já existem sobre a intervenção e gestão do Património Industrial, como a documentação obrigatória do processo nos aspectos normativos, financeiros, arqueológicos, arquitectónicos e antropológicos.
16. Os programas de conservação preventiva são muito indicados para aqueles Bens Industriais que estão em perigo de desaparecer, a fim de se garantir a sua integridade, bem como para a manutenção sustentável dos já intervencionados.
17. Os sítios industriais, inactivos ou intervencionados, possuem um extraordinário potencial como espaços públicos, conferindo um novo significado, representando e actuando na memória e na qualidade de vida cidadã.
18. Os estudos de Património Industrial devem considerar a presença de mulheres nos processos económicos, sem esquecer as relações entre os géneros, nas suas dimensões de relacionamento com o espaço, o mercado de trabalho, as máquinas e as ferramentas, a linguagem, as experiências de sociabilidade e as expressões simbólicas.
19. As investigações devem possuir um carácter proactivo por meio de iniciativas de modelos de gestão, públicos ou privados, que contemplem os avanços recentemente produzidos, graças a processos colaborativos para gerar uma gestão concertada do legado da industrialização.
20. Reivindicamos a prática da livre disponibilidade e acesso gratuito para todas as produções de dados de carácter administrativo, técnico ou científico decorrentes das práticas das várias administrações, da Universidade e das associações.
21. As reivindicações da classe trabalhadora, que incontestavelmente tiveram um impacto na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, através de greves e outros movimentos de resistência, constituem um núcleo referencial para explicar os espaços de trabalho.
22. Devem ser estimulados processos que gerem interactividade entre promotores de bens imobiliários públicos ou privados, associações empresariais, entidades de economia social, instituições e associações de defesa do Património Industrial.

4.3. Propostas e acções

1. É urgente desenvolver um projeto estatal relacionado com a memória do trabalho que assegure a sobrevivência desses documentos insubstituíveis para a compreensão da cultura do trabalho, através da metodologia da história oral, que são os testemunhos e saberes dos técnicos, gerentes e trabalhadores.
2. Solicitamos ao Ministério da Cultura e Desporto a criação de um Centro de Investigação da Cultura do Trabalho que integre as funções pesquisa, formação, depósito de arquivos e acomodação de inventários.
3. O Governo espanhol deve rever e actualizar a Lei do Mecenato (Lei 49/2002, de 23 de Dezembro, que regula o regime fiscal das entidades sem fins lucrativos e os incentivos fiscais ao mecenato) para que, de uma forma particularizada, se inclua nela o património científico e industrial.
4. Propomos a criação de um consenso sobre estratégias específicas de apoio ao património industrial no Parlamento espanhol e nos Parlamentos autonómicos que tenham um carácter coordenado e transversal.
5. As empresas históricas devem contar com quadro apropriado de incentivos fiscais, de mecenato e de orientação técnica especializada, para que se envolvam no desenvolvimento de projectos de proteção, conservação e difusão dos seus bens imóveis, móveis e documentais.
6. Os bens pertencentes ao Património Industrial devem ser registados nos catálogos municipais de património arquitectónico e nos planos gerais de urbanismo.
7. É conveniente incorporar no solo público as zonas industriais abandonadas ou aquelas zonas que estão em processos de deterioração a fim de se promoverem áreas de reabilitação industrial acordadas entre as administrações e os agentes económicos e sociais.
8. Devem ser criadas políticas eficazes para a protecção e tutela das coleções compostas por bens móveis e documentais com grande valor histórico.
9. Os sindicatos devem incorporar nas suas políticas de preservação da memória a dimensão patrimonial dos bens móveis e imóveis criados durante os processos de industrialização.
10. Todo os inventários realizados até data pelas diferentes administrações, ou por outras entidades, sobre Património Industrial, devem ser copiados e essas cópias devem ser depositadas no futuro

Centro de Investigação da Cultura do Trabalho e, provisoriamente, no Instituto do Património Cultural de Espanha de modo a garantir-se a sua disponibilidade para os investigadores e para os cidadãos.

11. Os diferentes regulamentos de planeamento urbanístico e territorial devem incluir, nas suas diferentes competências jurídicas e administrativas, a especificidade dos bens industriais e das obras públicas por meio da sua catalogação e de planos especiais.
12. A catalogação das indústrias surgidas das industrializações 2.o. e 3.o. devido aos constantes e sucessivos ciclos recessivos produzidos pela actual globalização económica.
13. A crescente obsolescência dos bens móveis desactivados e desvinculados, como a maquinaria, o mobiliário e os produtos, surgidos da industrialização, requerem um armazenamento provisório protegido pelas administrações públicas.
14. A importância da formação especializada deve ser salientada, a fim de orientar a intervenção através de estudos de pós-graduação e a criação de revistas especializadas que possam contribuir para melhorar a qualidade das narrativas.
15. A educação patrimonial, para os seus corpos docente e discente, constitui uma ferramenta essencial para valorizar o legado da industrialização e, portanto, os seus conteúdos específicos devem ser incluídos nos planos de estudo da Escolaridade Obrigatória.
16. O turismo industrial, das indústrias vivas ou desaparecidas, deve incorporar o contexto de uma maneira ineludível o contexto histórico da actividade produtiva, bem como a descrição rigorosa dos processos e procedimentos que explica.
17. A indústria cultural deve contemplar, na gestão dos espaços industriais, a difusão da memória do trabalho e dos conflitos que neles se desenvolveram, na perspectiva das metodologias utilizadas pela investigação em Património Industrial.
18. Os saberes e os ofícios desaparecidos ou em vias de se perderem devem ser integrados nas actuais experiências das economias do comum, que conhecemos como economias horizontais, a fim de gerarem acções com escalas urbanas já que entendemos que a cidade deve recuperar a sua diversidade de funções.
19. Os projetos de intervenção, de gestão ou de difusão, devem ser avaliados em relação à eficiência dos investimentos para gerar práticas sustentáveis nas quais prevaleça a austeridade e a rentabilidade social.

20. As administrações devem elaborar estratégias próprias que incorporem o Património industrial como um recurso activo para o desenvolvimento económico, cultural, territorial e social, implementando programas de inovação experimental.
21. As infraestruturas históricas devem ser conservadas não só pelo seu valor histórico intrínseco, mas também pelo seu valor de continuidade ao serviço dos cidadãos, do território e da paisagem.
22. Devem ser criadas linhas específicas de financiamento para projectos de reabilitação industrial estruturadas nos programas internacionais e em concertação com os programas estatais e autonómicos.

Em Sevilha em 19 de Maio de 2018

Tradução de José Manuel Lopes Cordeiro